



# NOTA MENSAL de **CONJUNTURA**

Nº12 | DEZEMBRO | 2021



Cofinanciado por:





UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

Nota Mensal de Conjuntura

# INDICADORES EM ANÁLISE

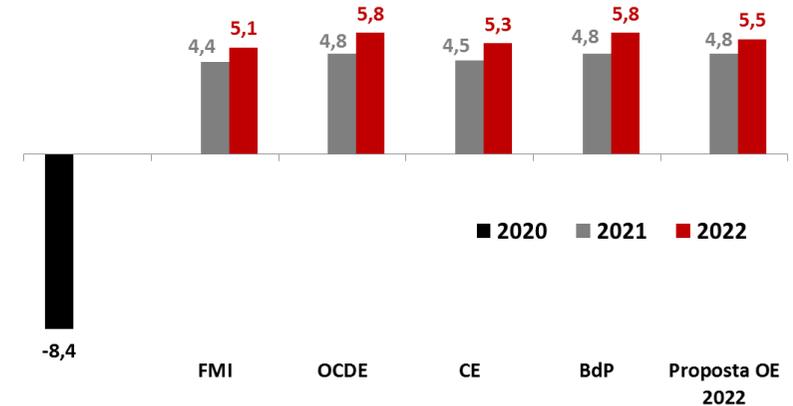
- 1. ACTUALIZAÇÃO DAS PREVISÕES ECONÓMICAS**
- 2. TAXA DE INFLAÇÃO EM NOVEMBRO**
- 3. ÍNDICE DE CUSTOS DO TRABALHO NO 3º TRIMESTRE 2021**
- 4. DESEMPREGO REGISTADO EM NOVEMBRO**
- 5. SUBSIDIO DE DESEMPREGO EM NOVEMBRO**
- 6. POBREZA EM PORTUGAL EM 2020**

# 1. ACTUALIZAÇÃO DAS PREVISÕES ECONÓMICAS

## 1. PRODUTO INTERNO BRUTO

- A OCDE prevê para Portugal uma evolução do PIB de 4,8% em 2021 (valor revisto em alta em 1,1 p.p. face às previsões de Maio de 2021), e de 5,8% em 2022 (valor revisto em alta em 0,9 p.p. face às previsões de Maio de 2021).
- O Banco de Portugal mantém a previsão da variação do PIB para 2021 nos 4,8%, face à projecção publicada no Boletim de Outubro de 2021 e revê em alta a previsão do crescimento do PIB para 2022 em 0,2 p.p. (de 5,6% em Junho para os actuais 5,8% ).

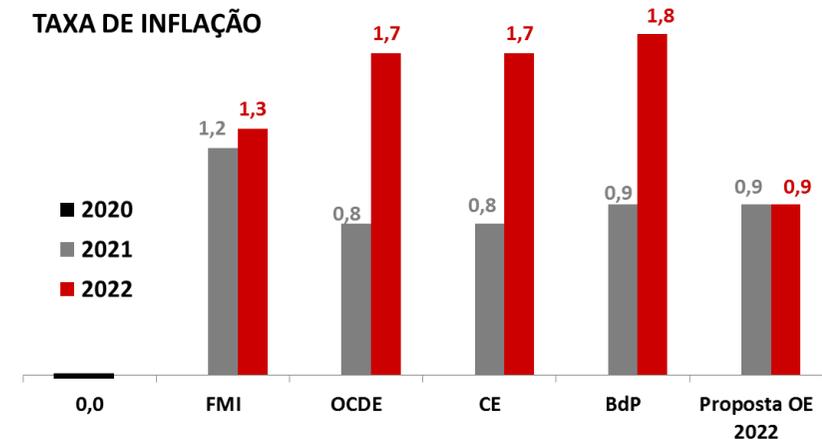
CRESCIMENTO DO PIB



## 2. TAXA DE INFLAÇÃO

- No que toca à inflação, a OCDE estima que esta seja de 0,8% em 2021 e continue a subir para 1,7% em 2022.
- As previsões do Banco de Portugal para 2021 são de 0,9%, mantendo as previsões do Boletim de Outubro. Em 2022, mantem-se o perfil de subida, atingindo 1.8%, reflectindo, em larga medida, o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais.

TAXA DE INFLAÇÃO





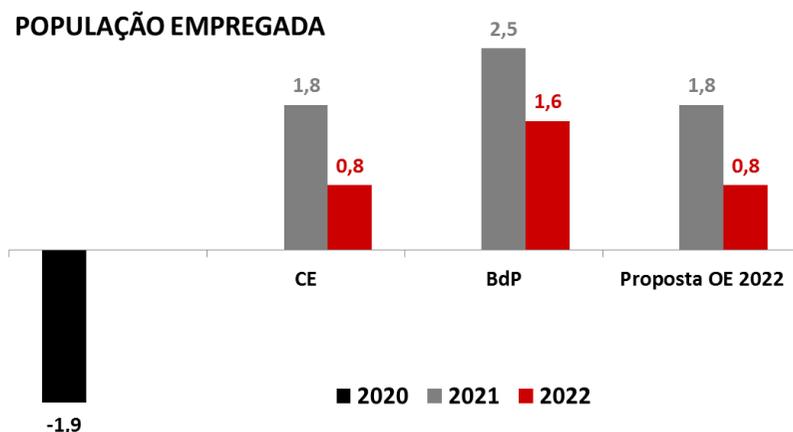
UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

# ACTUALIZAÇÃO DAS PREVISÕES ECONÓMICAS (cont.)

## 3. POPULAÇÃO EMPREGADA

O comportamento do mercado de trabalho na crise pandémica traduz-se num ajustamento do emprego e uma subida da taxa de desemprego muito contidos.

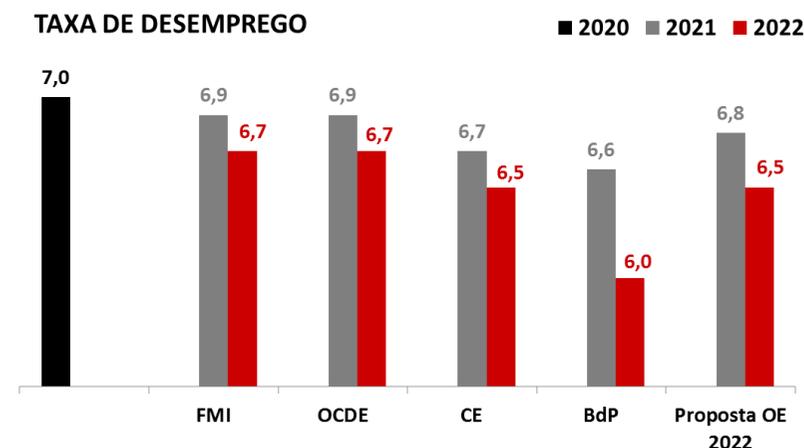
Após um aumento do emprego de 2,5% em 2021, o Banco de Portugal prevê um crescimento de 1,6% em 2022.



## 4. TAXA DE DESEMPREGO

➤ Em relação à taxa de desemprego, a OCDE prevê que esta diminua de 6,9% em 2021 para 6,7% em 2022.

➤ Para o Banco de Portugal, após o aumento ligeiro em 2020, a taxa de desemprego reduz-se no período de projecção, atingindo os 6% em 2022.



Em Portugal, o emprego continua a aumentar nos próximos anos, embora a um ritmo progressivamente menor, condicionado por limitações da oferta de trabalho. A evolução esperada para o emprego resulta do aumento da população ativa e da redução do número de desempregados. Em 2021, a taxa de actividade já se deve encontrar acima do nível pré-pandemia, um valor historicamente elevado e superior ao da área do euro, pelo que a margem para aumentos da oferta de trabalho por esta via é relativamente reduzida no médio prazo.



UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

## 2. TAXA DE INFLAÇÃO EM NOVEMBRO

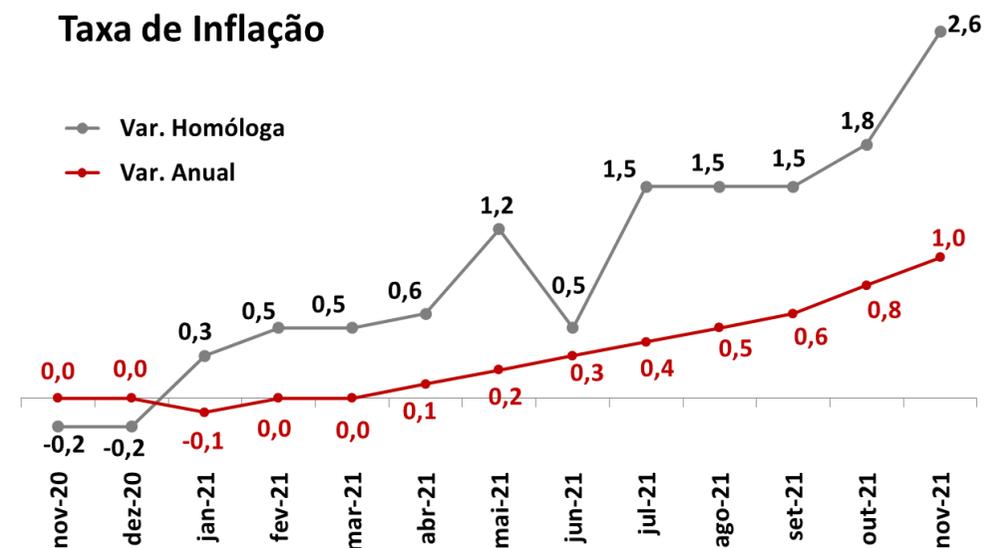
Em Novembro a **variação média dos últimos doze meses** do Índice de Preços no Consumidor foi de 1,0% (0,8% em Outubro). Desde Fevereiro que se têm registado aumentos graduais da taxa de inflação anual, devido sobretudo ao aumento do preço das matérias-primas e dos custos de transporte mundiais, prevendo-se que os preços continuem a crescer mais do que antes da pandemia, em 2022.

A taxa de **variação mensal** foi de 0,4% (0,5% no mês precedente e -0,3% em Novembro de 2020). A classe com maior contributo positivo para a variação mensal do IPC foi a dos Bens alimentares e bebidas não alcoólicas, com uma variação mensal de 0,6% (0,3% no mês anterior e -0,3% em Novembro de 2020). Em sentido inverso, a única classe com contributo negativo foi a das Comunicações, com uma variação mensal de -1,1% (0,1% em Outubro e -0,2% em Novembro de 2020).

A **variação homóloga** do IPC foi de 2,6% em Novembro de 2021, taxa superior em 0,8 p.p. à registada no mês anterior. Esta aceleração, registada desde o mês de Julho, reflecte essencialmente a dissipação dos efeitos de base relacionados com o impacto da pandemia COVID-19.

Por classes de despesa e face ao mês precedente, são de destacar os aumentos das taxas de variação homóloga das classes do Lazer, recreação e cultura e dos Restaurantes e hotéis, com variações de 3,1% e 2,8%, respectivamente (1,0% e 0,9% no mês anterior).

Em sentido oposto assinalam-se as diminuições das taxas de variação homóloga das classes das Comunicações e da Saúde, com variações de 0,5% e 1,1%, respectivamente (1,4% e 1,8% no mês anterior).



Fonte: INE



UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

# 3. ÍNDICE DE CUSTO DO TRABALHO – 3º TRIM

De acordo com a estimativa divulgada pelo Eurostat, no 3º trimestre de 2021, Portugal registou um aumento no Índice de Custo do Trabalho, medido por hora trabalhada, de 3,9% em relação ao período homólogo. No trimestre anterior tinha diminuído 3,6%.

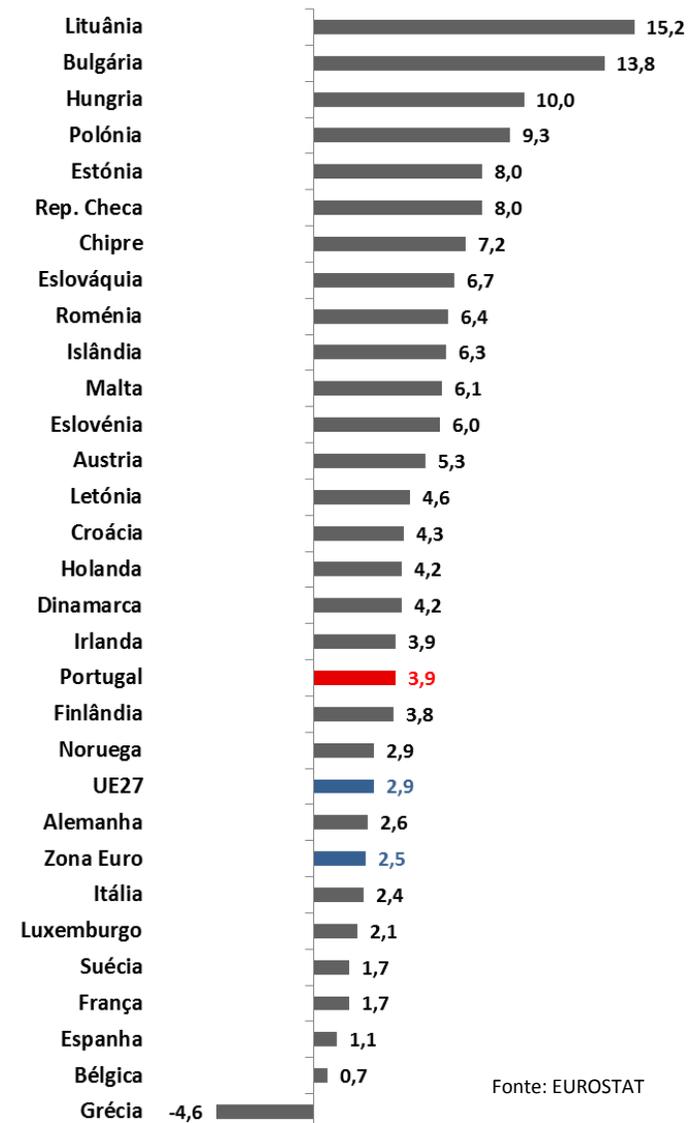
O valor agora registado explica-se pelo aumento:

- dos **salários** (3,5%): devido essencialmente a acréscimos no salário base, subsídio de férias e prémios e subsídios regulares
- e pelo aumento dos **outros custos salariais** (5,4%): sobretudo devido ao aumento nas contribuições patronais em consequência da diminuição do número de empresas abrangidas pelo regime de layoff simplificado.

No período em análise, o Índice de Custo do Trabalho aumentou 2,5% na Zona Euro e aumentou 2,9% na UE27.

- Para o mesmo período, os Estados-membros que registaram o maior crescimento foram a Lituânia (15,2%), Bulgária (13,8%) e Hungria (10,0%).
- Registou-se uma descida na Grécia (-4,6%). Os custos laborais aumentaram, assim, na maioria dos países da União Europeia, no 3º trimestre de 2021.

Índice de Custos do Trabalho  
3º Trim 2021



Fonte: EUROSTAT

# 4. DESEMPREGO REGISTRADO EM NOVEMBRO

No final do mês de Novembro de 2021, estavam inscritos nos Centros de Emprego 345.884 indivíduos, o que corresponde a uma variação homóloga de -13,2% (- 52.403 pessoas) e a uma variação mensal de -1,6% (- 5.783 pessoas).

Este é o número de desempregados inscritos mais baixo desde o início da pandemia. Foi em Março de 2020, mês em que surgiram as primeiras restrições em Portugal, que se registou um número de desempregados inferior (343.761).

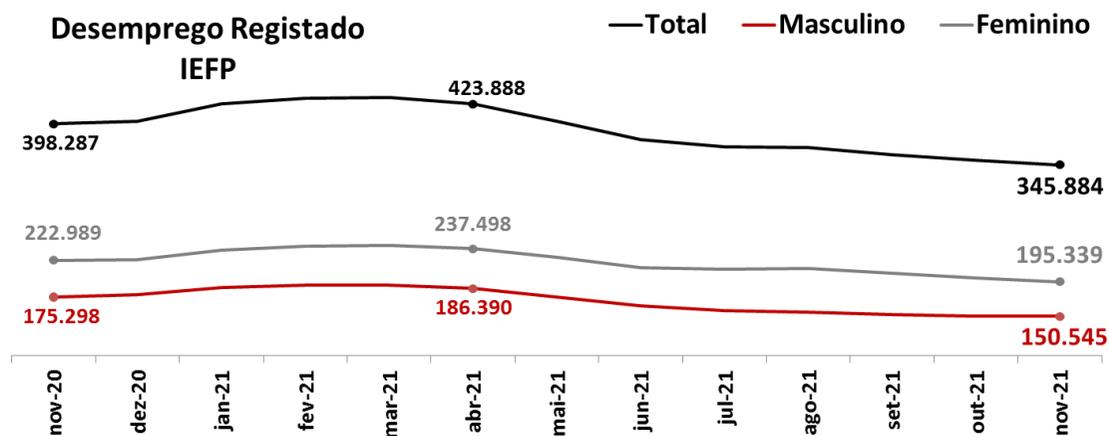
Para a diminuição do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2020, contribuiu o grupo dos que estão inscritos há menos de um ano (-30,3%; - 75.648), o que significa que foram os desempregados provocados pela Covid-19 que recuperaram o emprego nos últimos meses.

Porém, continua a haver mais desempregados do que antes da pandemia e, por isso, aumentou o número de desempregados inscritos há mais de um ano (+15,6%; +23.245), que inclui os primeiros a serem despedidos logo em Março ou Abril do ano passado.

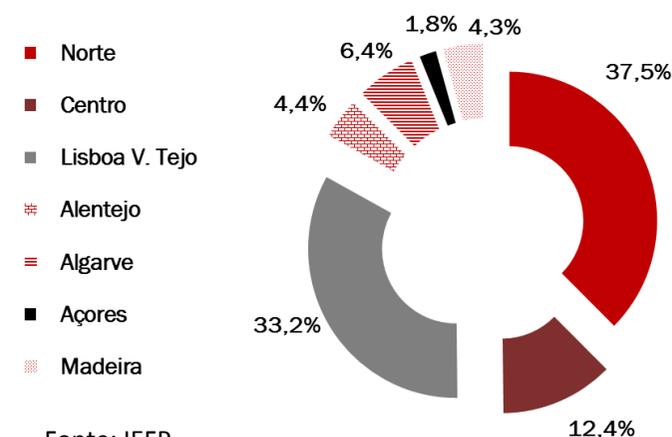
A nível regional, no mês de Novembro de 2021, o desemprego registado no País, em termos homólogos, diminuiu em todas as regiões, com destaque para as regiões do Algarve (-23,4%) e da região autónoma da Madeira (-23,9%).

Em relação ao mês anterior, à excepção das regiões dos Açores e do Algarve, +0,7% e +28,5%, respectivamente, todas as restantes regiões apresentam decréscimos no desemprego.

A região Norte e a região de Lisboa são as que detêm o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego (72%).



Em % do Desemprego Total  
Novembro 2021





UNIÃO GERAL DE  
TRABALHADORES

# 5. SUBSIDIO DE DESEMPREGO EM NOVEMBRO

O número de beneficiários do subsídio de desemprego voltou a registar uma diminuição, à semelhança da população desempregada.

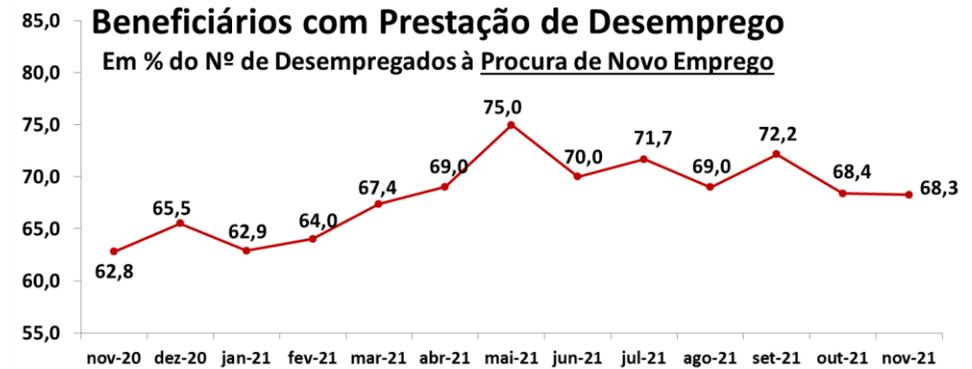
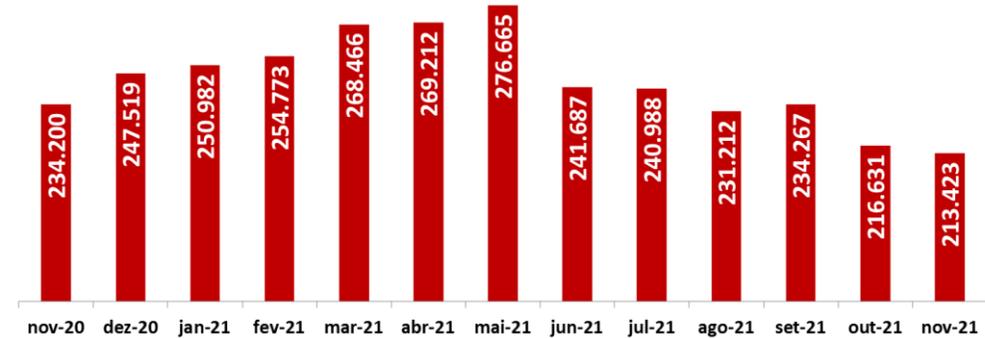
Em Novembro de 2021 registaram-se 213.423 beneficiários com prestações de desemprego, traduzindo-se numa diminuição de 1,5% (-3.208) face ao mês anterior.

Relativamente ao mesmo mês do ano do anterior também se registou uma redução de 8,9% (-20.777) no número de beneficiários do subsídio de desemprego. Novembro é assim o terceiro mês consecutivo, em que se regista uma diminuição do número de beneficiários desta prestação social, no último ano.

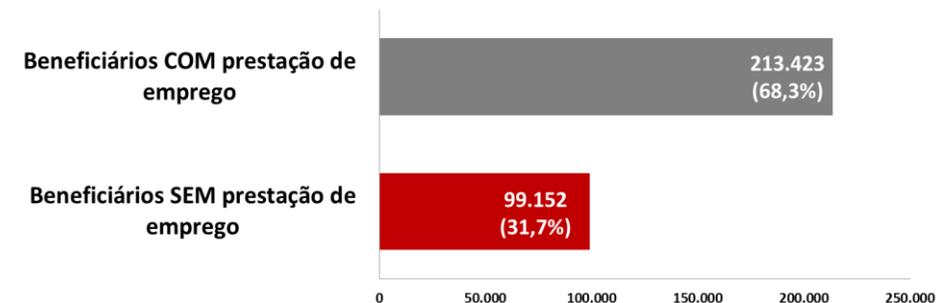
Com esta tendência, desce também o número de desempregados com subsídio de desemprego, os quais passam de 72% em Setembro para 68% em Novembro (mantendo-se inalterado face a Outubro).

Em Novembro, eram quase 100 mil pessoas que estão sem trabalho e não recebem qualquer subsídio de desemprego.

Número Total de Beneficiários do Subsídio de Desemprego



Cobertura do Subsídio de Desemprego - Novembro 2021



## 6. POBREZA EM PORTUGAL EM 2020

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2021 sobre rendimentos do ano anterior, indica que se registou um agravamento das pessoas em risco de pobreza face ao rendimento líquido monetário (60% da mediana). Depois das transferências sociais, 18,4% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2020, mais 2,2 p.p. do que em 2019, interrompendo-se assim uma tendência de descida registada desde 2015.

Com a crise pandémica de 2020, interrompe-se assim um ciclo de 4 anos de diminuição da pobreza em Portugal, em linha com a estratégia económica de crescimento da União Europeia para a próxima década – Estratégia Europa 2030 - a qual define, entre outros objectivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia.

Estes dados mostram ainda o impacto das transferências sociais na redução do risco de pobreza, a qual sobe para 43,5% (mais do dobro) sem qualquer transferência e para 23% após transferências relativas a pensões. Foi por isto bastante relevante os apoios monetários relacionados com o emprego, as crianças e a habitação que muitas famílias receberam durante o ano de 2020.

Em ano de recuperação económica e de subida da taxa de inflação, espera-se uma política de rendimentos mais justa de forma a poder assegurar uma adequada melhoria do poder de compra dos portugueses.

Fonte: INE

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
<b>Limiar de risco de pobreza - €</b>	<b>5.269</b>	<b>5.443</b>	<b>5.607</b>	<b>6.014</b>	<b>6.480</b>	<b>6.653</b>
<b>Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) - %</b>						
Antes de qualquer transferência social <sup>(1)</sup>	46,1	45,2	43,7	43,4	42,4	43,5
Após transferências relativas a pensões <sup>(2)</sup>	25,0	23,6	22,7	22,7	21,9	23,0
Após transferências sociais <sup>(3)</sup>	19,0	18,3	17,3	17,2	16,2	18,4

(1) Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados. (2) Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência. (3) Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.

